



Balanço Individual em 31 de dezembro de 2022

NIF : 500845603 - Moeda: Valores em euros

Pag 1/2

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2022	31-12-2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 318 419,59 €	1 321 749,65 €
Bens do património histórico e artístico e cultural	4,5	6 642,96 €	6 642,96 €
Ativos intangíveis	5	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros	6	1 406 350,91 €	1 392 197,37 €
Fund./benem. /patroc. /doadores/ass./membros		0,00 €	0,00 €
Outros Créditos e ativos não correntes	7	53 103,38 €	56 795,57 €
		2 784 516,84 €	2 777 385,55 €
Activo corrente			
Inventários	8	24 218,73 €	75 549,71 €
Créditos a receber	9	56 059,20 €	49 005,49 €
Estado e outros entes públicos	10	11 068,28 €	8 691,34 €
Fund./benem. /patroc. /doadores/ass./membros		0,00 €	0,00 €
Diferimentos	11	9 638,86 €	9 554,39 €
Outros ativos correntes	12	62 854,30 €	82 920,48 €
Caixa e depósitos bancários	13	772 283,31 €	739 591,05 €
		936 122,68 €	965 312,46 €
TOTAL DO ATIVO		3 720 639,52 €	3 742 698,01 €

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Rui Manuel dos Reis Pais, Presidente)

(Orlando Óscar Ferreira, Tesoureiro)

(Jorge Miguel Rodrigues Pina, Secretário)

(Maria de Lurdes Lopes Silva Ferreira, Vogal)

(Rafael José Almeida Neves, Vogal)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Maria do Céu Pinto - CC nº 31796



Balanço Individual em 31 de dezembro de 2022

NIF : 500845603 - Moeda: Valores em euros

Pag 2/2

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2022	31-12-2021
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	913 545,12 €	913 545,12 €
Excedentes técnicos		0,00 €	0,00 €
Reservas		0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	14	1 923 158,98 €	1 858 146,92 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €
Ajustamentos / Outras var. fundos patrimoniais	14	516 424,08 €	546 828,25 €
		3 353 128,18 €	3 318 520,29 €
Resultado líquido do período	14	-24 856,34 €	65 012,06 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		3 328 271,84 €	3 383 532,35 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Provisões específicas		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Outras dividas a pagar	15	0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €
Passivo corrente			
Fornecedores	16	113 332,97 €	128 222,58 €
Estado e outros entes públicos	10	28 334,57 €	26 000,19 €
Fund./benem. /patroc. /doadores/ass./membros		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	15	0,00 €	25 634,08 €
Diferimentos	11	65 905,13 €	25 678,26 €
Outros passivos correntes	17	184 795,01 €	153 630,55 €
		392 367,68 €	359 165,66 €
TOTAL DO PASSIVO		392 367,68 €	359 165,66 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		3 720 639,52 €	3 742 698,01 €

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Rui Manuel dos Reis Pais, Presidente)

(Orlando Óscar Ferreira, Tesoureiro)

(Jorge Miguel Rodrigues Pina, Secretário)

(Maria de Lurdes Lopes Silva Ferreira, Vogal)

(Rafael José Almeida Neves, Vogal)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Maria do Céu Pinto - CC nº 31796

Demonstração Individual de Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2022

NIF : 500845603 Moeda: Valores em euros

Pag 1/1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2022	31-12-2021
Vendas e serviços prestados	18	1 889 564,71 €	1 526 538,06 €
Subsídios, doações e legados à exploração	19	1 078 270,71 €	1 045 378,55 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custos dos inv. vendidos e das matérias cons.	8	-1 585 500,77 €	-1 235 040,09 €
Fornecimentos e serviços externos	20	-367 536,45 €	-303 993,43 €
Gastos com o pessoal	21	-1 051 802,26 €	-961 057,00 €
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber	9	1 036,16 €	0,00 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos	22	112 727,37 €	112 164,41 €
Outros gastos	22	-11 238,44 €	-21 828,55 €
RES. ANTES DE DEPREC., GASTOS DE FIN. E IMPOSTOS		65 521,03 €	162 161,95 €
Gastos/reversões de depreciação e de amort.	4,5	-103 810,09 €	-103 528,78 €
RES. OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FIN. E IMP.)		-38 289,06 €	58 633,17 €
Juros e rendimentos similares obtidos	23	13 449,37 €	6 378,89 €
Juros e gastos similares suportados	23	-16,65 €	0,00 €
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		-24 856,34 €	65 012,06 €
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-24 856,34 €	65 012,06 €

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Rui Manuel dos Reis Pais, Presidente)

(Orlando Óscar Ferreira, Tesoureiro)

(Jorge Miguel Rodrigues Pina, Secretário)

(Maria de Lurdes Lopes Silva Ferreira, Vogal)

(Rafael José Almeida Neves, Vogal)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Maria do Céu Pinto
Maria do Céu Pinto - CC nº 31796



4

Demonstração Individual dos Fluxos De Caixa

NIF : 500845603 Moeda: Valores em euros

Pag 1/2

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ACT. OPERACIONAIS – MÉT. DIRE			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 900 195,27 €	1 530 345,72 €
Pagamentos de subsídios		0,00 €	0,00 €
Pagamentos de apoios		0,00 €	0,00 €
Pagamentos de bolsas		-5 100,90 €	-13 650,89 €
Pagamentos a fornecedores		-1 918 290,16 €	-1 488 987,39 €
Pagamentos ao pessoal		-705 203,48 €	-658 243,89 €
Caixa gerada pelas operações		-728 399,27 €	-630 536,45 €
Pagamento/recebimento do IR		0,00 €	0,00 €
Outros recebimentos/pagamentos		798 838,62 €	737 560,87 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		70 439,35 €	107 024,42 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-76 178,25 €	-52 159,96 €
Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1 432,59 €	0,00 €
Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros		387,86 €	1 374,13 €
Outros ativos		55 795,40 €	49 475,85 €
Subsídios ao investimento		0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares		0,00 €	0,00 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INV. (2)		-18 562,40 €	-1 309,98 €

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Rui Manuel dos Reis Pais, Presidente)

(Orlando Óscar Ferreira, Tesoureiro)

Jorge Miguel Rodrigues Pina, Secretário)

(Maria de Lurdes Lopes Silva Ferreira, Vogal)

(Rafael José Almeida Neves, Vogal)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Maria do Céu Pinto
Maria do Céu Pinto - CC nº 31796

Demonstração Individual dos Fluxos De Caixa

NIF : 500845603 Moeda: Valores em euros

Pag 2/2

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ACT. DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00 €	1 626,67 €
Realização de fundos		0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuízos		0,00 €	0,00 €
Doações		6 460,00 €	17 320,00 €
Outras operações de financiamentos		0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-25 634,08 €	-34 178,52 €
Juros e gastos similares		-10,61 €	0,00 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
Redução de fundos		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANC.(3)		-19 184,69 €	-15 231,85 €
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)		32 692,26 €	90 482,59 €
Efeito das diferenças de câmbio		0,00 €	0,00 €
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		739 591,05 €	649 108,46 €
CAIXA E SEUS EQUIV. NO FIM DO PERÍODO	4	772 283,31 €	739 591,05 €

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Rui Manuel dos Reis Pais, Presidente)

(Orlando Óscar Ferreira, Tesoureiro)

(Jorge Miguel Rodrigues Pina, Secretário)

(Maria de Lurdes Lopes Silva Ferreira, Vogal)

(Rafael José Almeida Neves, Vogal)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Maria do Céu Pinto - CC nº 31796

Recebido em 31/12/2022
João Paulo
[Assinatura]

Anexo em 31 de dezembro de 2022

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A "FUNDAÇÃO LAURA SANTOS" é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Fundação" com estatutos aprovados por despacho da Ministra da Presidência e Modernização Administrativa em 27 de Agosto de 2018, e registada com o NIF 500845603.

A Instituição tem a sede registada na Av. Francisco dos Santos, Nº 2, Moimenta da Serra - Guarda. Dispõe de diversas instalações sendo todas elas situadas em Moimenta da Serra - Guarda, exceto o Posto de Combustível situado na Zona Industrial de Gouveia.

A Fundação Laura Santos tem como fim a prestação de assistência médica, económica e moral aos necessitados sendo definidos os seguintes objetivos:

- Promover atividades de índole social, de apoio a crianças e jovens, apoio à família e proteção dos cidadãos na velhice e invalidez;

- *Desenvolver atividades que promovam e apoiem o desenvolvimento e integração econômica, social e cultural das populações, pessoas e comunidade;*
- *Desenvolver ou promover atividade ligadas à área da saúde dos utentes ou da população em geral.*

Das atividades principais fazem parte as valências de Lar de Idosos, Centro de Dia, Projeto Mãos Abertas (apoio a Crianças em risco e suas Mães), Unidade de Apoio à Infância (Creche e ATL), ou outras a criar no âmbito da infância e da velhice.

Das atividades secundárias fazem parte as valências do Museu – Biblioteca, da Unidade Desportiva, da Formação Profissional, Posto de Combustível e outras a criar.

As Demonstrações Financeiras são disponibilizadas na sede da Instituição ou na sua página de internet com o endereço de www.flsantos.com.

Relativamente ao período abrangido pelas Demonstrações Financeiras, este tem o seu início em 1 de janeiro de 2022 e o seu término a 31 de dezembro de 2022.

18
Rt-1 Yuno
J. P. S. N. C.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

2.1. Identificação do referencial contabilístico

Em 2021, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registros contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelos Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

2.2. Derrogações do SNC-ESNL e respetivos efeitos

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições para o SNC e para as ESNL.

- 2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não são comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras, com o período findo a 31 de dezembro de 2021, são comparáveis em todos os aspetos significativos com o período anterior.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem, tendo sido aplicadas consistentemente aos exercícios apresentados.

Definição
de
Bases de
Avaliação

3.1.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e tendo por base o modelo do custo com os seguintes pressupostos:

- *Regime do Acréscimo*
- *Continuidade*
- *Compreensibilidade*
- *Relevância*
- *Materialidade*
- *Fiabilidade*
- *Representação Fidedigna*
- *Substância sobre a forma*
- *Neutralidade*

Rafaela
Rafaela

Regime do Acréscimo (periodização econômica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registrados contabilmente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registrados respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito econômico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Rep. 1
José Ruc

Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Ret - J. N. - J. R. e
J. J. R. e

Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

Ref. 1 N.º 11 23
file 12.000

Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevantes nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

Rafaela
fixe

Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo.

Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- *A natureza da reclassificação;*
- *A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e*
- *Razão para a reclassificação.*

3.1.2. Outros políticas contábilísticas

As políticas contábilísticas, relativas a cada rubrica específica do balanço e da demonstração dos resultados por natureza, encontram-se descritas neste documento no ponto respeitante a cada rubrica.

Ref. 12.12.1
F. J. A. C.

3.1.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registros contábilísticos da Fundação Laura Santos.

As perspectivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados.

Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escriturada dos ativos e passivos no próximo período de relato.

3.1.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliadas, representado à data de cada relato a melhor estimativa dos órgãos de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros, que nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

Os eventos futuros podem vir a alterar as estimativas efetuadas pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva.

3.2. Alterações das políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, assim como alterações nas estimativas contabilísticas.

Não se verificaram correções de erros de períodos anteriores.

3.3. Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

Rafael Ribeiro
gisele Ruc

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição foram registados em "Fundos Patrimoniais" e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

FUNDO PATRIMONIAL	PCIPSS	AJUSTAMENTO DE TRANSIÇÃO	NCRF-ESNL
Fundos	913 545,12 €		913 545,12 €
Reservas	3 869,54 €	-3 869,54 €	
Resultados Transitados	1 454 386,18 €	-5 688,10 €	1 448 698,08 €
Outras variações nos fundos patrimoniais		512 609,71 €	512 609,71 €
TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL	2 371 800,84 €	503 052,07 €	2 874 852,91 €

Rafael
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. Política Contabilística

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer. Os ativos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados no item de ativos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contábilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registradas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

4.2. Métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas por duodécimos, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Não são apuradas depreciações por componentes.

4.3. Taxas de depreciação usadas

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes taxas e períodos de vida útil:

Rafael Augusto

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL ESTIMADA (ANOS)	TAXA DE DEPRECIACÃO
Terrenos	---	---
Edifícios e outras construções	de 50 a 20 anos	de 2% a 5 %
Equipamento básico	de 8 a 4 anos	de 12,5% a 25 %
Equipamento transporte	de 7 a 4 anos	de 14,28 % a 25 %
Equipamento administrativo	de 8 a 3 anos	de 12,5% a 33,33 %
Outros Ativos	de 15 a 8 anos	de 6,66 % a 12,5%

4.4. Movimentos efetuados no período

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Net

Página 17 de 61

Anexo em 31 de dezembro de 2022

18 Ret. Lys...
9-11-2022

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES / DOT.	ABATES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
2021					
Quantia Escriturada Bruta					
Terrenos e recursos naturais	80 642,95 €				80 642,95 €
Edifícios e outras construções	2 901 359,52 €	3 690,00 €			2 905 049,52 €
Equipamento básico	317 722,05 €	3 854,00 €	46 166,29 €		275 409,76 €
Equipamento de transporte	272 485,42 €	16 717,55 €	38 870,00 €		250 332,97 €
Equipamento administrativo	53 242,15 €	392,99 €	11 424,66 €		42 210,48 €
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00 €				0,00 €
Ativos fixos tangíveis em curso	21 033,00 €				21 033,00 €
TOTAL	3 646 485,09 €	24 654,54 €	96 460,95 €	0,00 €	3 574 678,68 €
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	0,00 €				0,00 €
Edifícios e outras construções	1 710 503,20 €	70 784,84 €	4 086,82 €		1 777 201,22 €
Equipamento básico	278 463,99 €	12 119,55 €	46 166,29 €		244 417,25 €
Equipamento de transporte	210 344,10 €	21 253,92 €	38 870,00 €		192 728,02 €
Equipamento administrativo	49 452,14 €	555,06 €	11 424,66 €		38 582,54 €
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00 €				0,00 €
TOTAL	2 248 763,43 €	104 713,37 €	100 547,77 €	0,00 €	2 252 929,03 €
VALOR LIQUIDO	1 397 721,66 €				1 321 749,65 €

Ref. 1
12.12.2022

4.5. Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural

4.5.1. Política Contabilística

Os "Bens do patrimônio histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade, a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador. O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam. As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se, e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período. Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis.

4.5.2. Movimentos no período

No exercício de 2022 e 2021 não houve alteração relativamente ao saldo inicial uma vez que não existiram adições nem alienações no período.

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES / DOT.	ABATES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
2022/2021					
Bens Imóveis	0,00 €				0,00 €
Arquivos	3 606,76 €				3 606,76 €
Bibliotecas	3 036,20 €				3 036,20 €
Museus	0,00 €				0,00 €
Bens móveis	0,00 €				0,00 €
TOTAL	6 642,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 642,96 €

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1. Política Contabilística

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registrados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios econômicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

5.2. Métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As depreciações são calculadas por duodécimos, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Recebido em 31 de dezembro de 2022

5.3. Taxas de depreciação usadas

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL ESTIMADA (ANOS)	TAXA DE DEPRECIÇÃO
Projetos de Desenvolvimento	3 anos	33,33%
Programas de Computador	3 anos	33,33%

5.4. Movimentos efetuados no período

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Anexo em 31 de dezembro de 2022

Retido para R.L.S.

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES / DOT.	ABATES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
2022					
Quantia Escriturada Bruta					
Projetos de Desenvolvimento	26 937,00 €				26 937,00 €
Programas de Computador	1 409,00 €		96,00 €		1 313,00 €
TOTAL	28 346,00 €	0,00 €	96,00 €	0,00 €	28 250,00 €
Depreciações acumuladas					
Projetos de Desenvolvimento	26 937,00 €				26 937,00 €
Programas de Computador	1 409,00 €		96,00 €		1 313,00 €
TOTAL	28 346,00 €	0,00 €	96,00 €	0,00 €	28 250,00 €
VALOR LIQUIDO	0,00 €				0,00 €
2021					
Quantia Escriturada Bruta					
Projetos de Desenvolvimento	26 937,00 €				26 937,00 €
Programas de Computador	51 309,81 €		49 900,81 €		1 409,00 €
TOTAL	78 246,81 €	0,00 €	49 900,81 €	0,00 €	28 346,00 €
Depreciações acumuladas					
Projetos de Desenvolvimento	26 937,00 €				26 937,00 €
Programas de Computador	51 309,81 €		49 900,81 €		1 409,00 €
TOTAL	78 246,81 €	0,00 €	49 900,81 €	0,00 €	28 346,00 €
VALOR LIQUIDO	0,00 €				0,00 €

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

6.1. Política Contabilística

Todos os Investimentos Financeiros são mensurados pelo método do custo, sendo verificada a existência de eventuais imparidades nos ativos. Aqueles, cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

6.2. Discriminação do saldo no período

Nos períodos de 2022 e 2021, a Instituição detinha os seguintes "Investimentos Financeiros" não tendo sido consideradas quaisquer imparidades nestes ativos:

Anexo em 31 de dezembro de 2022

Rt. 1 11.11.11
José Rinc
18

DESCRIÇÃO	2022	2021
Outros investimentos financeiros		
Apolices Zurich	1 399 694,26 €	1 387 033,78 €
Fundo Reestruturação Sector Solidário	1 450,89 €	1 450,89 €
Fundo de Compensação do trabalho	5 205,76 €	3 712,70 €
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00 €	0,00 €
TOTAL	1 406 350,91 €	1 392 197,37 €

7. OUTROS CRÉDITOS E ATIVOS NÃO CORRENTES

7.1. Propriedades de Investimento

Retido
por [assinatura]

7.1.1. Política Contabilística

As "Propriedades de Investimento" incluem os terrenos detidos pela empresa para uso futuro indeterminado e pelos quais não obtém qualquer rendimento, e edifícios detidos pela Instituição para obter rendas e não para uso ou ocupação própria. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu custo de aquisição, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo. As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor inicial.

7.1.2. Restrições, Garantias e Compromissos

O Prédio de Matosinhos tinha uma hipoteca ativa até Setembro de 2022 a favor do Banco BPI. A 31 de dezembro de 2022, não existia qualquer restrição, garantia ou compromisso sobre as propriedades de investimento.

Ref. 15.11.11
Guilherme

7.1.3. Movimentos efetuados no período

No exercício de 2022 e 2021 não houve alteração relativamente ao saldo inicial uma vez que não existiram adições nem alienações no período.

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES / DOT.	ABATES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
2022					
Quantia Escriturada Bruta					535,82 €
Casa de Vila Cortez da Serra	535,82 €				535,82 €
Casa de Paços da Serra	324,05 €				324,05 €
Casa de Nabais	2 857,73 €				2 857,73 €
Predio de Matosinhos	180 892,10 €				180 892,10 €
TOTAL	184 609,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	184 609,70 €
Depreciações acumuladas					
Casa de Vila Cortez da Serra	171,48 €	10,72 €			182,20 €
Casa de Paços da Serra	103,72 €	6,48 €			110,20 €
Casa de Nabais	914,50 €	57,15 €			971,65 €
Predio de Matosinhos	126 624,43 €	3 617,84 €			130 242,27 €
TOTAL	127 814,13 €	3 692,19 €	0,00 €	0,00 €	131 506,32 €
VALOR LIQUIDO	56 795,57 €				53 103,38 €

Anexo em 31 de dezembro de 2022

Ret-fundação
dg

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES / DOT.	ABATES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
2021					
Quantia Escriturada Bruta					
Casa de Vila Cortez da Serra	535,82 €				535,82 €
Casa de Paços da Serra	324,05 €				324,05 €
Casa de Nabais	2 857,73 €				2 857,73 €
Predio de Matosinhos	180 892,10 €				180 892,10 €
TOTAL	184 609,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	184 609,70 €
Depreciações acumuladas					
Casa de Vila Cortez da Serra	160,76 €	10,72 €			171,48 €
Casa de Paços da Serra	97,24 €	6,48 €			103,72 €
Casa de Nabais	857,35 €	57,15 €			914,50 €
Predio de Matosinhos	123 006,59 €	3 617,84 €			126 624,43 €
TOTAL	124 121,94 €	3 692,19 €	0,00 €	0,00 €	127 814,13 €
VALOR LIQUIDO	60 487,76 €				56 795,57 €

No decurso dos períodos findos em 2022 e em 2021 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos com propriedades de investimento:

Anexo em 31 de dezembro de 2022

DESCRIÇÃO	RENDIMENTOS	DEPRECIACÕES	CASTOS DIRETOS	RESULTADOS
2022				
Casa de Vila Cortez da Serra	0,00 €	10,72 €	0,00 €	-10,72 €
Casa de Paços da Serra	0,00 €	6,48 €	0,00 €	-6,48 €
Casa de Nabais	0,00 €	57,15 €	0,00 €	-57,15 €
Predio de Matosinhos	39 705,40 €	3 617,84 €	5 025,04 €	31 062,52 €
TOTAL	39 705,40 €	3 692,19 €	5 025,04 €	30 988,17 €
2021				
Casa de Vila Cortez da Serra	0,00 €	10,72 €	0,00 €	-10,72 €
Casa de Paços da Serra	0,00 €	6,48 €	0,00 €	-6,48 €
Casa de Nabais	0,00 €	57,15 €	0,00 €	-57,15 €
Predio de Matosinhos	37 705,40 €	3 617,84 €	6 281,30 €	27 806,26 €
TOTAL	37 705,40 €	3 692,19 €	6 281,30 €	27 731,91 €

Rep. Laura Santos
8. INVENTÁRIOS

8.1. Política Contabilística

Os "Inventários" estão registrados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Instituição adota como método de custeio dos inventários, o custo médio ponderado no caso das mercadorias e das matérias consumidas. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Instituição detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Refeição
F. de R. e

8.2. Descriminação do saldo no período

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	QUANTIA LIQ. INICIAL	QUANTIA BRUTA INICIAL	IMPARIDADES	QUANTIA LIQ. FINAL
2022				
Mercadorias	13 663,97 €	13 663,97 €	0,00 €	13 663,97 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10 554,76 €	10 554,76 €	0,00 €	10 554,76 €
TOTAL	24 218,73 €	24 218,73 €	0,00 €	24 218,73 €
2021				
Mercadorias	65 282,91 €	65 282,91 €	0,00 €	65 282,91 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10 266,80 €	10 266,80 €	0,00 €	10 266,80 €
TOTAL	75 549,71 €	75 549,71 €	0,00 €	75 549,71 €

A quantia de inventários reconhecida como um gasto, durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, detalham-se conforme segue:

Anexo em 31 de dezembro de 2022

	MERCADORIAS	MAT.-PRIMAS. SUBS. CONSUMO.
2022		
Saldo inicial	65 282,91 €	10 266,80 €
Compras	1 349 435,29 €	220 348,72 €
Regularizações Negativas	43 007,95 €	147,18 €
Regularizações Positivas	6 772,46 €	768,45 €
Saldo final	13 663,97 €	10 554,76 €
GASTOS NO PERÍODO	1 364 818,74 €	220 682,03 €
2021		
Saldo inicial	52 977,08 €	10 799,31 €
Compras	1 081 902,19 €	186 434,68 €
Regularizações Negativas	23 913,40 €	0,00 €
Regularizações Positivas	841,54 €	1 548,40 €
Saldo final	65 282,91 €	10 266,80 €
GASTOS NO PERÍODO	1 046 524,50 €	188 515,59 €

Ref 1 Jan, Rec
9. CRÉDITOS A RECEBER

9.1. Política Contabilística

Os "Créditos a receber" encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço as Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

9.2. Descriminação do saldo no período

Para os períodos de 2022 e 2021, a rubrica "Créditos a Receber", encontra-se desagregada da seguinte forma sendo registadas as seguintes imparidades:

Anexo em 31 de dezembro de 2022

Rafaela *Ru* *lg*

DESCRIÇÃO	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE	QUANTIA LIQUIDA
2022			
Clientes c/c	51 363,24 €	0,00 €	51 363,24 €
Clientes cob duv.	13 080,73 €	13 080,73 €	0,00 €
Utentes c/c	4 695,96 €	0,00 €	4 695,96 €
Utentes cob duv	2 682,55 €	2 682,55 €	0,00 €
TOTAL	71 822,48 €	15 763,28 €	56 059,20 €
2021			
Clientes c/c	45 407,39 €	0,00 €	45 407,39 €
Clientes cob duv.	14 468,44 €	14 468,44 €	0,00 €
Utentes c/c	3 598,10 €	0,00 €	3 598,10 €
Utentes cob duv	2 331,00 €	2 331,00 €	0,00 €
TOTAL	65 804,93 €	16 799,44 €	49 005,49 €

Rep 1 anos 711

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

10.1. Política Contabilística

A rubrica "Estado e outros entes públicos" encontra-se registada pelo seu custo.

As Perdas por Imparidade encontram-se deduzidas no Balanço, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

10.2. Descriminação do saldo no período

Para os períodos de 2022 e 2021, a rubrica "Estado e outros entes públicos" encontra-se desagregada da seguinte forma não tendo sido registada qualquer imparidade:

Anexo em 31 de dezembro de 2022

Retificação
18

DESCRIÇÃO	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	11 068,28 €	8 691,34 €
Outros Impostos e Taxas	0,00 €	0,00 €
TOTAL	11 068,28 €	8 691,34 €
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4 827,25 €	4 468,84 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 216,77 €	4 230,08 €
Segurança Social	19 078,08 €	17 140,52 €
Outros Impostos e Taxas	212,47 €	160,75 €
TOTAL	28 334,57 €	26 000,19 €

11. DIFERIMENTOS

Retido para Rize

11.1. Política Contabilística

Os "Diferimentos são mensurados ao custo da quantia correspondente ao rendimento ou ao gasto a reconhecer com base em documentos externos de suporte à operação (fatura ou documento equivalente).

11.2. Descriminação do saldo no período

Para os períodos de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" encontra-se desagregada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Elevadores	0,00 €	246,12 €
Seguros	9 085,43 €	8 366,87 €
Outras Despesas	553,43 €	941,40 €
TOTAL	9 638,86 €	9 554,39 €



Anexo em 31 de dezembro de 2022

Retilung
28

DESCRIÇÃO	2022	2021
Rendimentos a Reconhecer		
Contratos IEFPP	16 197,41 €	24 418,26 €
ISS. IP - Participações	45 149,45 €	0,00 €
Rendas	4 558,27 €	1 260,00 €
TOTAL	65 905,13 €	25 678,26 €

12. OUTROS ATIVOS CORRENTES

12.1. Política Contabilística

Os "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço as Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Raf. 1 vvvv
p-8 Rive

12.2. Descrição do saldo no período

Para os períodos de 2022 e 2021, a rubrica "Outros ativos correntes" encontra-se desagregada da seguinte forma sendo registadas as seguintes imparidades:

DESCRIÇÃO	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE	QUANTIA LÍQUIDA
2022			
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Devedores por acréscimos de rendimentos	17 317,82 €	7 750,00 €	9 567,82 €
Outros Devedores	53 286,48 €	0,00 €	53 286,48 €
TOTAL	70 604,30 €	7 750,00 €	62 854,30 €
2021			
Remunerações a pagar ao pessoal	345,13 €	0,00 €	345,13 €
Devedores por acréscimos de rendimentos	11 617,65 €	7 750,00 €	3 867,65 €
Outros Devedores	78 707,70 €	0,00 €	78 707,70 €
TOTAL	90 670,48 €	7 750,00 €	82 920,48 €

Referido

13. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

13.1. Política Contabilística

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF2 utilizando o método direto.

13.2. Discriminação do saldo no período

Em 31 de dezembro de 2021 e 2022, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários, detalha-se como segue:

Anexo em 31 de dezembro de 2022

Refe. 11/12/22

DESCRIÇÃO	2022	2021
Caixa	50,00 €	50,00 €
Depósitos à ordem	272 233,31 €	739 541,05 €
Depósitos a prazo	500 000,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €
TOTAL	772 283,31 €	739 591,05 €

14. FUNDOS PATRIMONIAIS

14.1. Política Contabilística

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

14.2. Movimentos no período

Para os períodos de 2022 e 2021 esta rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
2022				
Fundos	913 545,12 €	0,00 €	0,00 €	913 545,12 €
Excedentes técnicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reservas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	1 858 146,92 €	65 012,06 €	0,00 €	1 923 158,98 €
Excedentes de revalorização	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídios	501 958,71 €	0,00 €	30 404,17 €	471 554,54 €
Doações	44 869,54 €	0,00 €	0,00 €	44 869,54 €
TOTAL	3 318 520,29 €	65 012,06 €	30 404,17 €	3 353 128,18 €

Anexo em 31 de dezembro de 2022

Rafael Silva

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
2021				
Fundos	913 545,12 €	0,00 €	0,00 €	913 545,12 €
Excedentes técnicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reservas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	1 838 643,22 €	19 503,70 €	0,00 €	1 858 146,92 €
Excedentes de revalorização	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídios	532 362,88 €	0,00 €	30 404,17 €	501 958,71 €
Doações	44 869,54 €	0,00 €	0,00 €	44 869,54 €
TOTAL	3 329 420,76 €	19 503,70 €	30 404,17 €	3 318 520,29 €

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

15.1. Política Contabilística

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração de Resultados por Natureza na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

15.2. Descriminação do saldo no período

A estrutura dos empréstimos obtidos no período de 2022 e 2021, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
2022			
Empréstimos Bancários	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2021			
Empréstimos Bancários	25 634,08 €	0,00 €	25 634,08 €

Não existindo empréstimos obtidos em 2022, não existem planos de reembolso de dívida da Instituição.

12.7.1 Nino Nino
16. FORNECEDORES

16.1. Política Contabilística

A rubrica de fornecedores constitui a obrigação de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecida pelo seu valor nominal.

16.2. Descrição do saldo no período

O saldo da rubrica de "Fornecedores", em 2022 e 2021 é discriminado da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Fornecedores c/c	113 332,97 €	128 222,58 €
Fornecedores títulos a pagar	0,00 €	0,00 €
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00 €	0,00 €
TOTAL	113 332,97 €	128 222,58 €

Ref. 1.000.000,00
Ref. 1.000.000,00

17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

17.1. Política Contabilística

Os "Outros passivos correntes" encontram-se registados pelo seu custo.

17.2. Descrição do saldo no período

O saldo da rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminado, em 2022 e 2021, da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE	QUANTIA LIQUIDA
2022			
Remunerações a pagar ao pessoal	242,36 €	0,00 €	242,36 €
Fornecedores de Investimentos	16 643,92 €	0,00 €	16 643,92 €
Credores por acréscimo de gastos	146 799,27 €	0,00 €	146 799,27 €
Outras operações	17 609,46 €	0,00 €	17 609,46 €
Outros credores	3 500,00 €	0,00 €	3 500,00 €
TOTAL	184 795,01 €	0,00 €	184 795,01 €

Anexo em 31 de dezembro de 2022

Raf. Jorge Ru-

DESCRIÇÃO	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE	QUANTIA LIQUIDA
2021			
Remunerações a pagar ao pessoal	1 031,26 €	0,00 €	1 031,26 €
Fornecedores de Investimentos	1 393,28 €	0,00 €	1 393,28 €
Credores por acréscimo de gastos	127 153,90 €	0,00 €	127 153,90 €
Outras operações	20 552,11 €	0,00 €	20 552,11 €
Outros credores	3 500,00 €	0,00 €	3 500,00 €
TOTAL	153 630,55 €	0,00 €	153 630,55 €

18. RÉDITO

18.1. Política Contabilística

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado das devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda ou prestação de serviço.

O Rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- *Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;*
- *A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;*
- *O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;*
- *É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;*
- *Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.*

O rédito proveniente da prestação de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data de conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviço depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação, o qual se considera verificado nas seguintes condições:

- *O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;*
- *É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;*
- *A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.*

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

18.2. Descrição do saldo no período

Para os períodos de 2022 e 2021, o rédito encontra-se desagregado da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Vendas	1 436 591,42 €	1 121 391,19 €
Prestação de Serviços	452 973,29 €	405 146,87 €
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00 €	0,00 €
Rendas	52 505,40 €	37 505,40 €
Juros	13 449,37 €	6 378,89 €
Royalties	0,00 €	0,00 €
Dividendos	0,00 €	0,00 €
TOTAL	1 955 519,48 €	1 570 422,35 €

19. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

19.1. Política Contabilística

Os "Subsídios do Estado" não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos "Fundos Patrimoniais". Subsequentemente, relativamente aos subsídios relacionados com ativos depreciáveis, são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Relativamente aos subsídios para ativos não depreciáveis, são mantidos nos "Fundos Patrimoniais" exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar déficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios.

Estes subsídios são apresentados separadamente com "Subsídios à Exploração" na demonstração de resultados por naturezas.

19.2. Descrição do saldo no período

19.2.1. Subsídios, doações e legados à exploração

A rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" apresentava em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os seguintes valores por entidades:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Instituto da Segurança Social	861 474,54 €	839 846,33 €
Fundos Comunitários	7 613,25 €	52 310,54 €
Outras Entidades Públicas e do Estado	194 435,62 €	131 724,48 €
Outras entidades	4 063,24 €	2 487,01 €
Doações	11 359,06 €	19 010,19 €
TOTAL	1 078 945,71 €	1 045 378,55 €

19.2.2. Apoios e subsídios relacionados com ativos

A rubrica "Subsídios atribuídos" relacionados com ativos, apresentava em 2022 e 2021 os seguintes valores:

2022	ATRIBUIÇÃO	MONTANTE RECEBIDO	AMORT. EXERC. ANT.	AMOT. DO EXERCÍCIO	VALORES LÍQUIDOS
Projeto Mãos Abertas - POEFDS	2007	569 443,61 €	202 060,81 €	10 496,65 €	356 886,15 €
Energia em Rede- PO Centro	2014	146 077,89 €	105 191,55 €	6 270,99 €	39 964,21 €
	2017	5 348,86 €			
Campo de Futebol Sintético	2017	26 000,00 €	36 491,85 €	12 163,95 €	73 344,20 €
	2018	56 000,00 €			
	2019	40 000,00 €			
Sala de Snoezelen - BPI	2020	4 796,00 €	1 963,44 €	1 472,58 €	1 359,98 €
TOTAL		923 454,02 €	421 495,31 €	30 404,17 €	471 554,54 €
2021					
Projeto Mãos Abertas - POEFDS	2007	569 443,61 €	191 564,16 €	10 496,65 €	367 382,80 €
Energia em Rede- PO Centro	2014	146 077,89 €	98 920,56 €	6 270,99 €	46 235,20 €
	2017	5 348,86 €			
Campo de Futebol Sintético	2017	26 000,00 €	24 327,90 €	12 163,95 €	85 508,15 €
	2018	56 000,00 €			
	2019	40 000,00 €			
Sala de Snoezelen - BPI	2020	4 796,00 €	490,86 €	1 472,58 €	2 832,56 €
TOTAL		923 454,02 €	391 091,14 €	30 404,17 €	501 958,71 €

Revisado
José Tave

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

20.1. Descriminação do saldo no período

Para os períodos de 2022 e 2021, esta rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Subcontratos	0,00 €	0,00 €
Serviços especializados	69 360,37 €	80 258,39 €
Materiais	27 948,35 €	21 736,05 €
Energia e fluidos	183 099,01 €	124 167,58 €
Deslocações, estadas e transportes	10 949,90 €	1 309,66 €
Serviços diversos	36 213,09 €	39 450,89 €
Encargos diretos com os Utentes	39 965,73 €	37 070,86 €
TOTAL	367 536,45 €	303 993,43 €

21. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS E GASTOS COM O PESSOAL

21.1. Número médio de empregados e membros da Administração

O número médio de pessoas ao serviço na Instituição em 31/12/2022 foi de 73 e em 31/12/2021 foi de 72.

O número de membros do Órgão de Administração, no período de 2022 e 2021 foi de cinco. Na Comissão Executiva da Instituição, o número de membros cooptados ao Conselho de Administração foi de três.

21.2. Remunerações dos órgãos de administração, direção e supervisão

A Comissão Executiva usufrui as seguintes remunerações de acordo com os estatutos em vigor e as indicações da Santa Casa da Misericórdia do Porto, testamenteira da Instituição:

- Presidente – 249,40 €
- Tesoureiro – 124,70 €
- Secretário - 124,70 €



Refeição
Jorge Almeida

21.3. Discriminação do saldo do período

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes nos anos de 2022 e 2021:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Remunerações aos Orgãos Sociais	5 985,60 €	5 985,60 €
Remunerações ao pessoal	818 658,44 €	750 514,06 €
Benefícios Pós-Emprego	0,00 €	0,00 €
Indemnizações	-2 133,64 €	-1 361,00 €
Encargos sobre as Remunerações	188 407,30 €	168 513,66 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8 055,88 €	7 293,80 €
Gastos de Ação Social	0,00 €	0,00 €
Outros Gastos com o Pessoal	32 828,68 €	30 110,88 €
TOTAL	1 051 802,26 €	961 057,00 €

Paulo Roberto
Ribeiro

22. OUTROS RENDIMENTOS E OUTROS GASTOS

22.1. Outros rendimentos

Para os períodos de 2022 e 2021, esta rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Rendimentos Suplementares	3 759,74 €	15 758,50 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 408,90 €	1 207,96 €
Recuperação de dívidas a receber	0,00 €	0,00 €
Ganhos em inventários	6 805,12 €	1 419,12 €
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00 €	0,00 €
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	1,78 €	0,00 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	69 274,40 €	51 432,98 €
Outros rendimentos	31 477,43 €	42 345,85 €
TOTAL	112 727,37 €	112 164,41 €

22.2. Outros gastos

Para os períodos de 2022 e 2021, esta rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Impostos	50,77 €	50,77 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	937,75 €	714,40 €
Incobráveis	0,00 €	0,00 €
Perdas em inventários	7 674,80 €	0,86 €
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00 €	0,00 €
Gastos nos restantes investimentos financeiros	457,50 €	5,33 €
Gastos em investimentos não financeiros	0,00 €	0,00 €
Outros Gastos	2 117,62 €	4 130,87 €
Gastos com apoios Financeiros a utentes	0,00 €	16 926,32 €
TOTAL	11 238,44 €	21 828,55 €

Rep. 1
José R. M.

23. RESULTADOS FINANCEIROS

Para os períodos de 2022 e 2021, os resultados financeiros foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	16,65 €	0,00 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00 €	0,00 €
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00 €	0,00 €
TOTAL	16,65 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	13 449,37 €	6 378,89 €
Dividendos obtidos	0,00 €	0,00 €
Outros Rendimentos similares	0,00 €	0,00 €
TOTAL	13 449,37 €	6 378,89 €
RESULTADOS FINANCEIROS	13 432,72 €	6 378,89 €

24. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01/03/2022.

25. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(Rui Manuel dos Reis Pais, Presidente)

(Orlando Óscar Ferreira, Tesoureiro)

Jorge Miguel Rodrigues Pina, Secretário)

Maria de Lurdes Lopes Silva Ferreira, Vogal)

(Rafael José Almeida Neves, Vogal)

Maria do Céu Pinto

Maria do Céu Pinto - CC nº 31796



Fundação D. Laura dos Santos

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

NIF: 500 845 603

Av. Francisco dos Santos, nº6,

6290-141 Moimenta da Serra

Tel. 238 496 171 Fax 238 496 278

E-mail: info@flsantos.com Webpage: www.flsantos.com

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento estipulado nos Estatutos da Fundação Laura Santos, vimos dar o parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas referente ao ano 2022, assim como as respetivas Demonstrações Financeiras.

Ao longo do ano de 2022, examinou o Conselho Fiscal, de forma regular, os movimentos contabilísticos e documentação de suporte, procurando conhecer o andamento das diversas valências da Instituição, tendo apresentado na devida altura as sugestões que entendeu por convenientes, sempre na perspectiva de melhorar o funcionamento da mesma

O Conselho Fiscal, analisou e apreciou o Relatório de Atividades das Direções Técnicas, onde se encontraram referidos os pontos mais significativos das atividades do ano, fez uma análise do Balanço, Demonstração dos Resultados por Naturezas e Anexo às Demonstrações Financeiras e de outros documentos, tendo verificado que

- Todos eles foram elaborados de acordo com as normas contabilísticas, obedecendo aos preceitos legais e exprimindo de forma clara a situação patrimonial da Fundação.
- Não se verificaram quaisquer situações ou atos que violassem os Estatutos.
- Os Objetivos definidos no Plano de Atividades e Orçamento foram cumpridos na sua maioria tendo sido implementada a estratégia definida pelo Conselho de Administração.
- O Resultado líquido foi de -24.856,34. (Vinte e quatro mil , oitocentos e cinquenta e seis euros e trinta e quatro centimos negativos).
- A dinâmica imprimida pelo Conselho de Administração às diferentes valências, merece registo e realce do Conselho Fiscal.

Assim, e como resultado das informações recebidas, e tendo em consideração os documentos elaborados, somos de parecer que deve ser aprovado o Relatório de Atividade e Contas para o ano de 2022.

O Presidente

(Paulo Jorge Marques Prazeres)

Vogal

(Adelaide Maria Albuquerque Pais Amaral)

Vogal

(Maria da Conceição Borges de Jesus Simões)

Vogal

(Madalena Sofia de Jesus Lopes)



Tel. 238 496 638
e-mail: lar@flsantos.com

UNIDADE DE
APOIO À INFÂNCIA



Tel. 238 496 240
e-mail: uai@flsantos.com



Tel. 238 495 038
e-mail: pma@flsantos.com



CRECHE
ERPI
CATL
Atividades Desportivas